

S. Paulo, 20 Setembro 1933

Meu caro amigo.

Li hontem sua critica ao meu livro "EVOLUÇÃO POLITICA DO BRASIL" no Diario da Noite, e quero agradecer-lhe a atenção. Escrevo tambem para esclarecer certos pontos desta critica.

Em primeiro lugar, V. não se referiu ao que interessa sobremaneira num estudo histórico, principalmente num estudo de caráter marxista: o movimento dialético geral da história brasileira. Preocupado com as arvores, V. não viu a floresta, não viu o conjunto que é justamente aquilo^a que mais me apeguei. Na analise da evolução histórica de um povo, a interpretação de fatos particulares interessa apenas naquilo em que eles se enquadram na corrente geral desta evolução. Tomar fatos isolados, como V. fez, e neles concentrar toda sua atenção, não é fazer obra de crítica histórica, e muito menos de critica marxista.

Quanto aos pontos que V. destaca, para analisa-los separadamente, acho o seguinte:

A insuficiencia da interpretação da economia da 2° reinado porque não está nela incluída a acumulação capitalista: Não sei em que V. se funda para descobrir na transformação do trabalho no Brasil, como fator primordial, a acumulação capitalista. Se o Brasil, como colonia, semi-colonia ou paiz dependente que sempre foi, serviu como uma das bases de acumulação primitiva para os paizes da Europa, não se pôde com tudo dizer que houve acumulação primitiva para nós mesmos.

Prova disto é que o capitalismo no Brasil não possui até hoje capital próprio, pelo menos em proporções apreciáveis, e opera ainda extulsivamente com capitais alheios. Acumulação capitalista naturalmente houve, e continua havendo. Mas esta acumulação não se faz e nunca se fez em benefício do país, mas é constantemente drenado para o exterior. O que fica entre nós, integrado à nossa economia (e não unicamente aplicado, sem fixação alguma) é uma parte insignificante, que não é suficiente para explicar, e muito menos no tempo do Império, a "mudança de forma" do trabalho, a que V. se refere. É um critério absolutamente errado este de procurar enquadrar artificialmente os fatos brasileiros dentro de esquemas que Marx traçou para a Europa, ^{coisa} que ele próprio nunca fez. A transformação do trabalho servil em trabalho livre, no Brasil, ^{deve} ~~deu~~-se exclusivamente aos fatores que apontei; e temos disto uma confirmação patente no fato que, decretada a abolição, viu-se a lavoura às voltas com a quasi impossibilidade de pagar salários que o novo regime de trabalho impunha, o que obrigou o governo provisório da República, formado logo após, a emitir em proporções consideráveis. Uma das causas desta emissão exagerada foi certamente este fato. E estas emissões correspondiam tão pouco às condições intrínsecas da nossa economia, correspondiam tão pouco a uma estrutura onde a acumulação capitalista se houvesse manifestado em proporções apreciáveis, que o câmbio, isto é, o valor ouro da nossa moeda, precipitou-se para taxas ínfimas em poucas semanas.

Interpretação apressada da nossa economia colonial: Eu

nunca neguei que a economia brasileira de hoje apresente traços feudaes. Admito-o talvez ainda mais que V. Conheço as opiniões, neste terreno, do agrupamento politico a que V. pertence. Mas isto não vem ao caso. O que afirmei no meu livro foi que quando se organizou a economia colonial brasileira, isto é, no sec.XVI e principios do sec. seguinte, não havia condições para um regimen feudal. V. é o primeiro a afirmar que o que importa para o senhor feudal é o numero de vassallos. Ora não sendo o Brasil um paiz povoado quando se fez a descoberta - os indigenas eram poucos, e foram re-chassados para o sertão pelos colonizadores, voltando não como vassallos, servos, mas como escravos, o que é muito diferente - não se podia crear aqui um regimen feudal. A situação do Brasil a este respeito difere da de alguns outros paizes americanos, onde os colonizadores encontraram uma população fixa, de densidade demográfica reativamente consideravel, e cuja capacidade produtiva (técnica), ao contrario dos indios brasileiros, já ultrapassára as necessidades pessoais do produtor.- condição primeira para a exploração do trabalho alheio. Foi possivel porisso, nestes paizes, estabelecer um quasi feudalismo, que transparece nas instituições juridicas com as famosas "encomiendas" da America hespanhola. Existe uma identidade quasi absoluta entre estas "encomiendas" e o "recomendatio" (até a palavra é semelhante) que appareceu no declinio do Imperio Romano, e que serviu de base juridica para as instituições feudaes. No Brasil deu-se coisa muito diferente, e porisso o regimen económico adotado foi o do trabalho escravo, identico ao dos latifundios romanos da

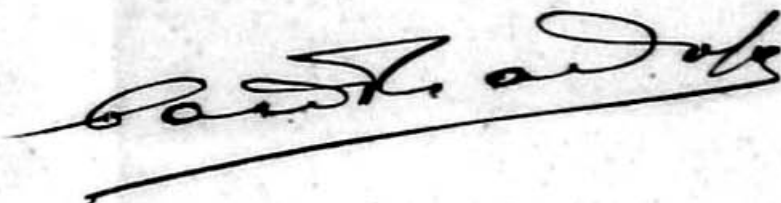
época anterior ás invasões barbaras. A não ser que meu amigo identifique o regimen dos latifundos romanos ao feudalismo, não ha razão para criticar minha interpretação á economia colonial primitiva do Brasil. Agora, o que se passou mais tarde, disto não me ocupei. E quando falei em figura de retórica, que referir-me a certos historiadores nacionaes (Oliveira Viana, Alcantara Machado, etc.) que consideram a nossa organização primitiva como feudal.

Bolchevização retrospectiva: Aqui V. se deixou levar por ^{primeira} uma impressão que não foi posteriormente submetida á revisão. Eu tambem acho que os movimentos populares do seculo passado são "tipicas revoluções expontaneas" Mas se eu analisasse estes movimentos dizendo simplesmente: foram revoluções expontaneas, talvez V., ~~que~~ tendo estudado outras revoluções do mesmo tipo, e pouco se interessando pelas circunstancias particulares das nossas, talvez V. se satisfizesse. Mas eu não escrevi só para V., mas para o publico em geral, e principalmente para um publico que na expressão "revoluções expontaneas" não póde enxergar coisa alguma. Eu precisava mostrar porque e de que fórma estas revoluções foram expontaneas. E para isto lancei mão de principios e de leis politicas (leis no sentido de leis scientificas) que embora descobertos só ultimamente, regem todos os fenómenos politicos da sociedade humana. Não se trata de uma bolchevização retrospectiva, mas de uma analise marxista (bolchevista se V. prefere, embora erradamente) de um fenómeno politico.

Estão aí as observações que tenho a fazer sobre sua critica, e terei o maior prazer em discuti-las pessoalmente consigo, o que certamente não seria inutil para um esclarecimen-

to reciproco sobre nossa história, vista á luz do marxismo.

Um abraço do amigo,

A handwritten signature in black ink, written in a cursive style. The signature is underlined with a single horizontal line.

(Caio Prado Junior)

BIBLIOGRAPHIA

Caio Prado Junior — "Evolução política do Brasil" — Empresa Graphica Revista dos Tribunaes — São Paulo — 1933

LIVIO XAVIER.

O autor deu ao seu trabalho o sub-título de "ensaio de interpretação materialista da historia brasileira", significando assim que as suas idéas sobre o assumpto se ligam a um systema geral — o marxismo. E é bom que assim seja pois esta delimitação nos promete uma renovação dos estudos da historia brasileira, entregue até aqui ao exercício gratuito da erudição e á apologetica da classe dominante. Não que sobreestimemos o valor da obra do sr. Caio Prado Junior, mas é justo destacal-a como symptoma de uma tendencia que se faz sentir presentemente no Brasil de situar o estudo dos factos historicos, na direcção geral materialista da sciencia. Tendencia revolucionaria nos seus fundamentos como toda pesquisa objectiva no campo da sciencia, mas que por uma consequencia inelutavel ao processo de desenvolvimento capitalista, se torna contingencia da burguezia industrial. E' claro que nos paizes de "desenvolvimento combinado" (Trotsky), como é o caso do Brasil, onde a classe dominante não pôde mais construir uma base social progressista, e pois se torna cada vez menos provavel um surto theorico legal do maxismo, um livro como o do sr. Caio Prado Junior, ou como o *Mauá* do sr. Castro Rebello, serão tidos como coisa terrivelmente subversiva e os seus autores ainda luminares da "intelligentzia", são pelo menos, condemnados a passar sob um silencio tumular da sciencia official que se vingá da audacia da indagação — audacia,

é bom frizar, relativa ao grau de adiantamento do paiz. Assim é que, mesmo não sendo chamado em auxilio o aparelho repressivo do Estado, a propria sobrestructura capitalista vai tentando reabsorver os seus sub-productos theoricos. Mas sendo incompatíveis essa tendencia theorica geral com a tranquillidade da dominação burgueza, não é menos inevitavel sob o aspecto puramente cultural do desenvolvimento capitalista. Essas considerações liquidam a questão do valor da obra do sr. Caio Prado Junior como obra marxista, ou o que é o mesmo, revolucionaria.

O autor, logo de inicio, no prefacio, explica modestamente que não procurou "traçar a historia completa" do Brasil, e sim, "tão sómente dar a synthese" da evolução politica". Mas tira a conclusão de que do caracter synthetico do livro é que decorrem os seus defeitos. Não estamos longe de pensar justamente o contrario. A maior qualidade do livro é dar uma idéa sumaria, é verdade, mas concreta em geral, dos fundamentos de classe de certos movimentos populares da historia do Brasil, deliberadamente ignorados pela historia official, como sejam as revoluções da menoridade a *cabanada* do Pará, a *balaiada* do Maranhão e a revolta *praieira* de Pernambuco.

A necessidade de repôr os factos historicos em ligação com os fundamentos economicos é tão evidente, não só ao marxista como tambem a quem quer que se interesse pelo desenvolvimento social, que, no caso da historia do Brasil, basta a exposição honesta do facto para suggerir a sua explicação. O livro do sr. Caio Prado Junior alcança plenamente esse objectivo, em geral, e sobretudo nos capitulos que versam aquelles movimentos. Menos satisfactorios nos parecem os que tratam da interpretação da economia da colonia e os referentes ao segundo reinado. Estes, de insufficiencia evidente, principalmente tendo-se em vista a importancia da historia desse periodo para a historia da accumulção capitalista no Brasil, da "mudança de forma", isto é, da transformação da economia escravista em salarista.

Quanto á interpretação dada pelo autor ás condições de producção da colonia, é ella, pelo menos, tão apressada como a que critica (nota 9 da pag. 26), dizendo que só se pôde falar num feudalismo brasileiro "como numa figura de rethorica". O autor caracteriza a dominação do senhor feudal como resultante "directa e unicamente da apropriação do solo" para concluir pela negação da existencia do modo feudal no Brasil. E' um ponto de vista inconsistente para um marxista, tanto mais que leva o autor á constatação verídica mas simplista de que, na colonia, "a simples propriedade da terra independente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda nada significa". (pag. 26).

Sabe-se que o poder do senhor feudal não reponsava necessariamente na apropriação do solo nem na importancia das suas rendas, mas no numero dos vassallos. O capitalismo nas colonias, para desenvolver-se teve que criar um quadro feudal, um feudalismo superposto, ou *particular* como chama Kautsky, justamente para converter a terra em monopolio, pela impossibilidade de existir a condição fundamental da producção capitalista — a superprodução relativa dos assalariados em relação ao capital accumulado. O proprio Marx si não chamou a economia colonial de feudal, nunca deixou de caracterizal-a como formação particular.

Negar certas sobrevivencias feudaes no Brasil, sobretudo no regime de terras no Nordeste é tão arriscado como sobre estimal-as para fundamentar premissas politicas. Os proprios movimentos populares de que trata o autor característicos das classes medias não só urbanas contra uma oppressão quasi feudal.

Outro defeito do sr. Caio Prado Junior que repona ao tratar daquelles movimentos populares — typicas revoluções espontaneas, é o vezo de ditar regras aos insurgentes, numa especie de bolchevização, retrospectiva. Pôde ser innocuo mas não é marxista.

E' evidente que os defeitos apontados não tiram o valor que fica uma tentativa honesta de interpretação economica da historia do Brasil.